

O Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã pela Perspectiva das Comunidades Locais

Eduardo de Ávila Coelho^a
Bernardo Machado Gontijo^b
Antônio Tavares Neto^c
Weneson Paulo Araújo de Freitas^d

Resumo

O turismo de base comunitária é um modelo de atividade que prioriza o encontro e o respeito entre os anfitriões e visitantes, buscando o empoderamento local para atingir a autogestão e a emancipação social. Essa forma de turismo cresce em áreas rurais de natureza preservada habitadas por populações tradicionais, despontando como uma tendência para ambientes como a Amazônia. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, no estado do Amazonas, abriga comunidades que procuram desenvolver suas próprias formas de turismo, associadas à conservação e valorização da cultura. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas opiniões de moradores da Reserva Amanã sobre o turismo colhidas por meio de entrevistas em reuniões ou durante pesquisa de caráter etnográfico ao longo de mais de uma década de investigações na região. A diversidade de posições e expectativas revelam as diferentes perspectivas e o caráter contínuo do processo de construção do planejamento turístico, que carrega consigo a esperança dos moradores em conquistar melhorias em suas vidas. Carências estruturais e desamparo governamental aparecem como limitações ao progresso local, que podem tanto ser um empecilho ao turismo quanto serem parcialmente atendidas pelo desenvolvimento da atividade.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Pesquisa de opinião; Áreas protegidas; Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

Tourism in the Amanã Sustainable Development Reserve from the Perspective of Local Communities

Community-based tourism presents itself as an activity that prioritizes the encounter and the respect between hosts and guests, seeking local empowerment to achieve self-management and social emancipation. This form of tourism has been growing in rural areas of preserved nature where traditional populations live, standing out as a trend in environments such as the Amazon. The Amanã Sustainable Development Reserve, in the state of Amazonas, houses communities that seek to develop their own forms of tourism, associated to the conservation and the valorization of culture. The objective of this work is to present some opinions of residents of Amanã Reserve about tourism

- a. Doutor em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: edu.avilacoelho82@gmail.com
- b. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Docente de Geografia e Turismo na Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gontijob9@gmail.com
- c. Estudante de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Unicesumar. Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: antonio.neto.amana@gmail.com
- d. Tecnólogo em Gestão de Manejo de Recursos Naturais no Centro Vocacional Tecnológico do Instituto Mamirauá. Tefé, Amazonas, Brasil. E-mail: paulo.amana@hotmail.com

collected with interviews in meetings or during ethnographic research over more than a decade of investigations in the region. The diversity of positions and expectations reveal the different perspectives and the continuous nature of the construction process of tourist planning, which carries with it the residents' hope in achieving improvements in their lives. Structural deficiencies and governmental helplessness appear as limitations to local progress, which can either be an obstacle for tourism or be partially met by the development of the activity.

Keywords: Community-based Tourism; Opinion survey; Protected areas; Sustainable development.

Resumen

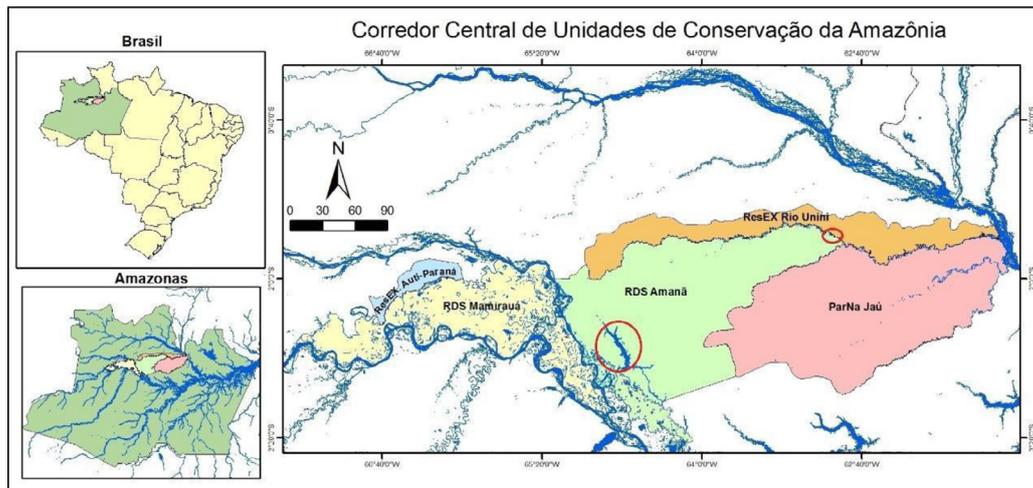
El Turismo en la Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã desde la Perspectiva de las Comunidades Locales

El turismo comunitario es un modelo de actividad que prioriza el encuentro y el respeto entre los anfitriones y los visitantes, al buscar el empoderamiento local para lograr la autogestión y la emancipación social. Esa forma de turismo se incrementa en zonas rurales de naturaleza preservada donde habitan poblaciones tradicionales y se perfila como tendencia en los entornos como la Amazonía. La Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã, en el estado de Amazonas, alberga a comunidades que buscan desarrollar formas propias de turismo, asociadas a la conservación y valorización de la cultura. El objetivo de este trabajo es presentar algunas opiniones de los habitantes de la Reserva Amanã sobre el turismo, recogidas a través de entrevistas, encuentros o durante investigaciones etnográficas a lo largo de más de una década de investigación en la región. La diversidad de posiciones y expectativas revelan las diferentes perspectivas y el carácter continuo del proceso de construcción del planeamiento de actividades, que lleva la esperanza de los habitantes en lograr mejoras en sus vidas. Las deficiencias estructurales y el desamparo gubernamental aparecen como limitaciones al progreso local que pueden ser un obstáculo para el turismo o ser parcialmente suplidas por el desarrollo de la actividad.

Palabras clave: Turismo de base comunitaria; Estudio de opinión; Áreas protegidas; Desarrollo sostenible.

INTRODUÇÃO

Em uma área central da Amazônia, no estado do Amazonas, Brasil, está localizada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, cercada por outras importantes Unidades de Conservação (UCs) como o Parque Nacional do Jaú, a RDS Mamirauá e a Reserva Extrativista (RESEX) do Rio Unini (Figura 1). A RDS é uma área natural que abriga populações tradicionais, onde se permite a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, visando assegurar as condições para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes (Brasil, 2000). A RDS Amanã foi criada em 1998 para proteger mais de 2,3 milhões de hectares de várzeas e terras firmes entre as bacias dos rios Solimões e Negro, sendo habitada por aproximadamente 4.300 pessoas, espalhadas por 107 comunidades (Sema, 2019).

Figura 1 – RDS Amanã, com destaque para o lago Amanã e o rio Unini

Fonte: IDSM (s.d.).

As populações ribeirinhas desenvolvem um amplo leque de atividades de subsistência e de mercado, fazendo uso de diferentes zonas ecológicas para a obtenção de alimento (Adams; Murrieta e Sanches, 2005). O processo de ocupação colonial da Amazônia central introduziu um sistema de produção econômica centrada no extrativismo de recursos naturais e é no contexto de expansão da indústria da borracha que ocorre a ocupação humana atual de Amanã (Alencar, 2009). Extrativismo, agricultura, pesca e criação de gado fazem parte dos usos tradicionais e, com a criação da RDS Amanã, essas atividades econômicas foram mantidas focando-se no manejo sustentável através de uma abordagem técnico-científica. O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) realiza trabalhos de pesquisa e extensão na região, sendo que o turismo de base comunitária (TBC) é proposto como uma alternativa complementar às atividades tradicionais.

O Amanã é um enorme lago de água preta, com 42 quilômetros de extensão, cercado por terras firmes e igapós, alimentado por igarapés e povoado por uma dezena de comunidades ribeirinhas e sítios isolados, apresentando grande potencial para turismo de natureza, cultural, rural e comunitário (Coelho, 2012; 2013). O rio Unini, que define o limite norte da Reserva, abriga dez comunidades e é um importante afluente do rio Negro. O turismo de pesca esportiva aconteceu entre 2000 e 2007 e os trabalhos posteriores da Fundação Vitória Amazônica (FVA), em conjunto com o ICMBio, visavam promover o diálogo e a participação comunitária para o planejamento do TBC (Minari e Rabinovici, 2014). Já as comunidades do lago Amanã participam do processo de planejamento do turismo desde 2007, quando o IDSM começou a apresentar aos moradores algumas possibilidades para o desenvolvimento do turismo na região (Coelho e Gontijo, 2021a).

A partir de então foi promovida a atuação de técnicos e pesquisadores através de visitas e reuniões com atores locais, realização de intercâmbios, viagens experimentais e entrevistas com os moradores. Nove comunidades da região do lago têm sido palco dos trabalhos para o planejamento e desenvolvimento do turismo, com importante papel de liderança assumido por moradores. Da mesma forma, do outro lado da Reserva Amanã, no rio Unini, a comunidade Vila Nunes participava do turismo de pesca esportiva e passou a ser contemplada em trabalhos de pesquisa sobre a viabilidade do TBC na RDS Amanã (Coelho, 2012; 2013).

O TBC é geralmente em pequena escala, prioriza as interações entre visitante e comunidades, ajuda a diversificar os meios de subsistência rurais e empodera as populações locais, buscando a emancipação social através do envolvimento local no planejamento, desenvolvimento e gestão da atividade, o que implica pensar o turismo a partir das cosmologias particulares a cada comunidade (Irving, 2009; Ruiz-Ballesteros e Hernández-Ramírez, 2010; Leão, 2016; Almeida e Castro, 2017; Strydom, Mangope e Henama, 2018). Por ser um fenômeno heterogêneo, inclui desde formas discretas de participação, a experiências nas quais as comunidades têm total autonomia sobre as atividades turísticas (Ruiz-Ballesteros e Hernández-Ramírez, 2010), em que se destacam o potencial educativo e emancipador deste modelo de turismo (Araújo e Gelbcke, 2008).

Para Almeida e Castro (2017), o TBC é um modo de pensar o turismo a partir do saber técnico e das cosmologias particulares a cada comunidade e, segundo Irving (2009), uma condição indispensável é que os protagonistas do destino sejam sujeitos e não objetos do processo. O turismo comunitário simboliza a resistência das populações locais às pressões mundiais do mercado turístico que, além de excluí-las dos benefícios da atividade, ameaçam sua coesão social, cultural e seu ambiente (Burgos e Mertens, 2015). Portanto, o TBC não deve ser reduzido a uma análise que considere apenas os benefícios econômicos (Coelho, 2013), pois a lógica capitalista de maximização de lucros não é o melhor caminho para superar obstáculos (Peralta, Vieira e Ozorio, 2015).

A literatura acadêmica aponta a necessidade de uma compreensão mais abrangente do turismo, que leve em consideração os interesses e valores de seus atores locais (Whitford e Ruhanen, 2016). No entanto, são pouco expressivos os trabalhos que consideram as opiniões e os anseios das próprias comunidades a respeito de seu interesse na atividade (Betti e Denardin, 2019). Com o intuito de contribuir para a apreensão das vozes das comunidades, este trabalho apresenta levantamentos realizados através de diversas metodologias, pois, como afirmam Sampaio e Coriolano (2009), para a compreensão desse segmento de turismo é necessário estudar as comunidades – buscando conhecer sua história, suas dinâmicas sociais, as relações de poder e as formas de interação com o ambiente.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma variedade de opiniões de moradores de quatro comunidades da RDS Amanã a respeito da possibilidade de implementação do turismo em seus territórios. Para tanto, são apresentados dados quali-quantitativos e relatos que foram coletados por meio de entrevistas e observações, ao longo de mais de uma década de investigações. A partir dessas opiniões, o trabalho busca discutir algumas das principais questões relacionadas à inserção do turismo comunitário em áreas protegidas habitadas por populações tradicionais, tomando por base o exemplo do planejamento do turismo na Reserva Amanã.

METODOLOGIA

Variados métodos foram utilizados para coletar a opinião dos moradores e faz-se necessário explicar o papel de cada pesquisador que assina este texto. Coelho (2012, 2013, 2022) iniciou suas pesquisas sobre o turismo de base comunitária na região do lago Amanã em 2009 e, entre 2017 e 2022, realizou seus

estudos do doutorado orientado por Gontijo (Coelho e Gontijo, 2021a; 2021b), enquanto Tavares Neto e Freitas são naturais das comunidades e participaram da pesquisa de opinião dos moradores, entrevistando seus parentes e vizinhos (Coelho et al, 2012). Ao longo de mais de uma década de pesquisas, tanto a forma de atuação profissional, quanto os métodos de coleta de dados se alteraram. Entre 2009 e 2012 foi conduzida pelo primeiro autor, através do IDSM, a pesquisa de viabilidade do TBC, período em que foram realizadas diversas entrevistas com os moradores. Em 2010 ocorreu a primeira viagem experimental (Coelho e Gontijo, 2021b), quando dez moradores de cinco comunidades do lago Amanã prestaram serviços de hospitalidade. Ao final da viagem, ocorreu uma reunião com os envolvidos, para que todos pudessem dar seus relatos sobre as impressões a respeito da experiência. A reunião foi gravada e as opiniões dos moradores foram transcritas e alguns trechos selecionados.

Entre 2011 e 2012 foram selecionados – como alunos de iniciação científica – dois jovens do lago Amanã que, na época, habitavam a cidade de Tefé e cujas famílias moram em três comunidades onde a pesquisa é realizada. Antônio e Paulo (que também assinam este trabalho) entrevistaram todos os moradores maiores de 18 anos de suas comunidades, buscando investigar as opiniões e expectativas de seus familiares e vizinhos sobre o turismo. Whitford e Ruhanen (2016), destacam a importância de os atores afetados fazerem parte do processo de pesquisa, criação de conhecimento e análise dos resultados. Foi aplicado um questionário com perguntas sobre as perspectivas quanto ao turismo, as mudanças que pode ocasionar, o interesse pessoal em se envolver, entre outras, buscando levantar também as necessidades e demandas das comunidades, para pensar em possíveis contribuições do turismo para alcançar as melhorias de qualidade de vida (Coelho et al., 2012).

Em uma viagem de campo para participar da Oficina de ordenamento de uso público do Rio Unini, realizada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) em 2012, um outro jovem do lago Amanã aplicou o mesmo questionário a moradores da comunidade Vila Nunes, única da bacia do Unini localizada nos limites da RDS Amanã. Foram entrevistados ao todo 55 moradores de quatro comunidades da RDSA.

Em 2014 foi formado o Grupo de Turismo do Amanã, composto por moradores das comunidades Boa Esperança, Bom Jesus do Baré e Ubim. O Grupo de Turismo procurou conduzir de forma autônoma os trabalhos de planejamento da atividade, com realização de reuniões periódicas, definição de plano de ação, busca por parcerias e financiamentos de projetos para a implementação da atividade. As atas de reuniões também foram utilizadas como fonte de dados para a pesquisa de opinião dos moradores.

Além das entrevistas e relatos coletados através de gravações, ou registradas em atas, também foram utilizadas como fonte de dados as informações coletadas durante o campo de pesquisa do primeiro autor, que residiu por 29 meses, ao longo de seis oportunidades, entre 2014 e 2020. Conversas em ambientes informais aproveitando momentos de trabalho ou lazer dos moradores, ou durante reuniões das comunidades, encontros de setor, ou assembleia geral, também serviam como forma de abordar o tema e perceber as diversas opiniões de moradores.

AMAZÔNIA E O TBC

A floresta tropical se tornou, desde a década de 1970, um ícone moderno de um verdadeiro 'Jardim do Éden', que deve ser, aos olhos dos ambientalistas ocidentais, protegida das pessoas que vivem nela (Cronon, 1995). Por outro lado, desde a década de 1980, na Amazônia brasileira, houve uma evolução nas abordagens entre ambiente e desenvolvimento, quando os povos da floresta foram colocados no centro da gestão ambiental, integrando uma agenda mais focada nas pessoas (Hall, 1997). Assim, ao mesmo tempo em que os esforços de conservação centrados na comunidade são reconhecidos como uma força global no manejo sustentável de ecossistemas (Kothari, Camill e Brown, 2013), no contexto de globalização neoliberal aplicado à gestão de recursos naturais, há a tendência de se colocar em segundo plano as variáveis socioculturais (Vivacqua e Vieira, 2005).

Dessa forma, contextos globais associados à conservação da Amazônia influem sobre e são influenciados pelas ações dos atores locais (Coelho e Gontijo, 2022). Um conceito muito difundido a partir da década de 80, é o de manejo comunitário de recursos naturais, quando buscou-se demonstrar a relação entre degradação ambiental e questões de empobrecimento rural, justiça social e direitos indígenas (Benatti, Mcgrath e Oliveira, 2003). O movimento dos seringueiros do Acre para proteger as florestas e seus modos de vida, e de comunidades de várzea para proteção de lagos, são exemplos de mobilização social que culminaram com a criação dos modelos de RESEX e RDS (Castro e Mcgrath, 2001).

A conservação com base na comunidade visa o manejo sustentável dos recursos naturais por meio da devolução do controle do ambiente às comunidades locais (King, 2009). O manejo comunitário valoriza as práticas de gestão participativa disseminadas na Amazônia por grupos de produtores familiares rurais que se organizavam – com apoio de mediadores (Igrejas, ONGs e financiadores) – para o uso dos recursos comuns, em resposta às pressões que sofriam (Benatti et al., 2003). Uma das principais características do modelo de RDS é a gestão participativa dos recursos naturais, que alia o manejo tradicional à pesquisa científica (Queiroz, 2005).

Na região do médio Solimões, a criação da RDS Mamirauá – que foi precedida pelo Movimento de Preservação de Lagos – contou com a ação de pesquisadores que “entendiam que a presença das populações e o uso sustentável dos recursos através do manejo participativo eram fundamentais para a consolidação da UC” (Peralta e Lima, 2015, p. 125). No entendimento da equipe que deu origem ao Instituto Mamirauá, as comunidades locais teriam perdas econômicas devido às restrições de uso de recursos e assim foram propostas atividades de integração ao mercado, entre elas o ecoturismo (Peralta e Lima, 2015).

No início dos anos 2000, foi estruturada em uma área da RDS Mamirauá a Pousada Uacari, que se configurava como uma ‘verdadeira vitrine’ da proposta do IDSM (Peralta, Vieira e Ozorio, 2016). Estruturada em um modelo de gestão compartilhada, “atualmente, o maior desafio do empreendimento é a total transferência de gestão para as comunidades” (Peralta et al., 2016, p. 30). No rio Unini, após a paralisação do turismo de pesca esportiva, trabalhos de pesquisa e extensão atestaram o potencial para o TBC (Minari e Rabinovici, 2014), mas que ainda não foi implementado.

No caso do lago Amanã, o IDSM fomentou, entre 2008 e 2012, pesquisas sobre TBC com intuito de investigar a possibilidade de um modelo similar ao da vizinha RDS Mamirauá, focando no levantamento do potencial e na viabilidade da atividade (Ozorio, 2009; Coelho, 2012). Findadas as pesquisas, que identificaram forte vocação para experiências culturais e cotidianas (Coelho, 2012; 2013), as próprias comunidades seguiram com o planejamento do turismo. Este processo já passou por fases que alternaram maior engajamento com momentos de grande desarticulação, por diversos motivos, como o pouco conhecimento prático sobre a atividade turística e a enorme gama de atividades cotidianas que os moradores precisam desenvolver para a subsistência, além dos desafios logísticos para a organização que envolve várias comunidades. Vale ressaltar que, mesmo com todos os percalços, são as próprias comunidades que seguem buscando construir suas formas de trabalhar o turismo.

O discurso do TBC traz a participação como uma qualidade intrínseca, mas o sucesso da gestão participativa depende do grau de apropriação da comunidade, visto que a participação social não implica que todos os comunitários irão trabalhar ativamente na estrutura organizativa, tampouco que o façam com o mesmo grau de envolvimento na tomada de decisões, visto que as comunidades estão constituídas por grupos com diversos interesses e níveis de poder internos (Burgos e Mertens, 2015). Sendo assim, existem diversos graus de envolvimento comunitário, que vão desde a participação passiva até a automobilização (Pimbert e Pretty, 2000). O mais alto nível de participação – garantido quando as comunidades alcançam a automobilização – permite que estabeleçam suas próprias operações de turismo sem a dependência de governos ou entidades externas (Abukhalifeh e Wondirad, 2019).

O TBC propicia novas formas de trabalho baseadas na colaboração (Burgos e Mertens, 2015) e deve ser visto como um meio de empoderar as comunidades, dando-lhes um sentimento de orgulho para assumir o controle de suas terras e recursos, aproveitar seu potencial e adquirir as habilidades necessárias para construir seu próprio desenvolvimento (Strydom et al., 2018). O empoderamento é entendido como o aumento da capacidade de ação coletiva e de tomada de decisão, e está intimamente ligado à agência da comunidade (Ruiz-Ballesteros e Hernández-Ramírez, 2010). A atuação de diferentes grupos de interesse varia de acordo com o poder, os objetivos e as expectativas em relação à participação da comunidade (Tosun, 2006)

Assim, o desenvolvimento comunitário busca dismantelar as barreiras estruturais à participação e construir respostas emancipatórias coletivas às questões locais, sendo que o controle local não leva automaticamente à tomada de decisão participativa, pois existem desigualdades estruturais internas que influenciam os processos de tomada de decisão, com a possibilidade de refletir os interesses daqueles em posição de poder (Blackstock, 2005). Em um estudo em RDS's do Rio Negro, Dias e Cruz (2020) concluíram que a atividade turística ocasionou relações assimétricas e disputas de poder, tornando-se insustentável para as comunidades, com impactos negativos sobre a cultura e o território.

No caso do lago Amanã, experiências com a recepção de visitantes apresentaram resultados interessantes, tanto do ponto de vista dos turistas (Coelho e Gontijo, 2021b), quanto para a sequência do planejamento local da atividade. Ubim e Baré – duas das comunidades onde foram realizadas as pesquisas para

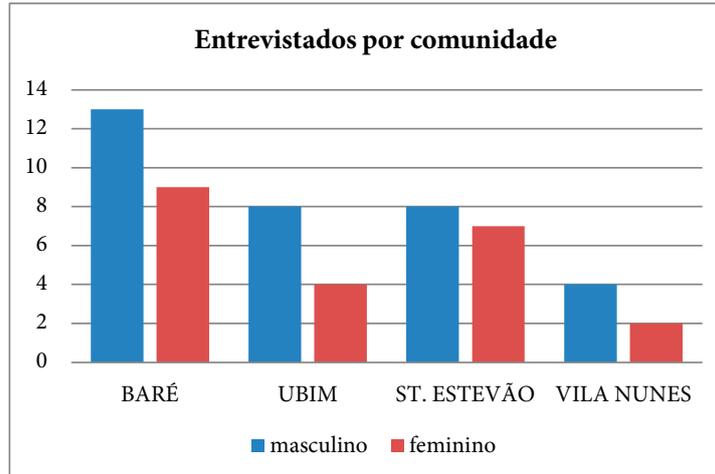
levantar as opiniões dos moradores e que também participaram da formação do Grupo de Turismo do Amanã – assumiram o protagonismo das ações e seguem tentando construir seus modelos de turismo, por vezes de forma independente, por vezes de maneira integrada. Assim, o TBC pode ser um caminho para que os sujeitos construam outras racionalidades, através da experimentação de práticas coletivas que busquem a emancipação social (Leão, 2016).

A atividade implica em uma nova percepção do sentido de hospitalidade, que extrapola o ato de receber para se expressar como troca, interação e descoberta, onde o visitante está aberto a uma experiência integral no “lugar”, e quem recebe protagoniza o ato de acolher na busca da troca que potencializa o seu sentimento de pertencimento e de aprendizagem da diferença (Irving, 2009). O TBC representa então novo paradigma para o turismo (Sansolo e Bursztyn, 2009), sendo um nicho especializado voltado para viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais autênticas em cenários naturais, com remuneração justa pelo trabalho comunitário (Maldonado, 2009).

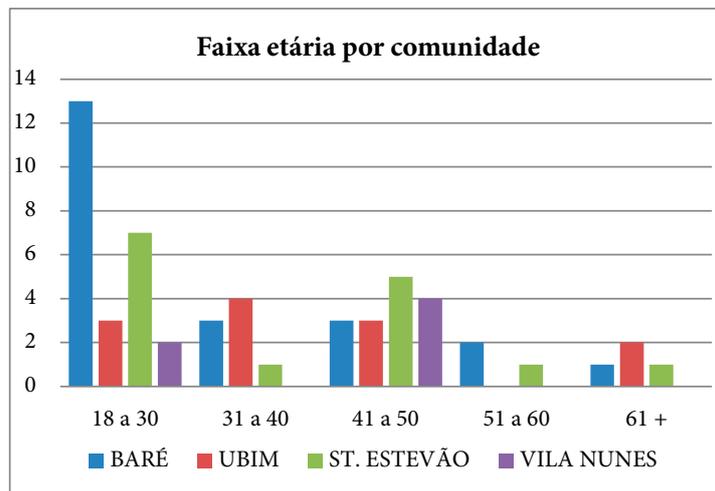
Em diversos países cresce a demanda por um turismo de experiência, de ‘encontro com as pessoas’ (Salazar, 2013), também chamado de vivencial. O termo turismo de experiência é utilizado para descrever produtos que inserem o visitante como protagonista de sua própria viagem e em que a experiência turística visa libertar o indivíduo de um comportamento rotinizado e repetitivo (Pezzi e Vianna, 2015), referindo-se a uma forma distinta de relacionamento do viajante com as realidades do destino (Silva e Trenti, 2018). O turismo vivencial permite que os visitantes se envolvam nas atividades cotidianas das comunidades, visando tornar o turismo algo mais humano, em um processo de encontro e diálogo entre pessoas de diferentes culturas (Reyes, 2011). Além da percepção de pesquisadores e visitantes (Coelho e Gontijo, 2021b), os próprios moradores também demonstraram interesse em um turismo que privilegie as trocas culturais, a interação e o aprendizado mútuo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AS OPINIÕES DOS MORADORES

Os resultados apresentados nesta seção se referem principalmente às entrevistas realizadas pelos dois alunos de iniciação científica, que incluía perguntas para determinar o perfil socioeconômico dos moradores, além de questões fechadas e abertas para identificar a relação destes com o turismo. São apresentados os resultados quantitativos intercalados com relatos dos moradores, que foram obtidos em diversos momentos: gravados nas entrevistas, em reuniões, ou anotados durante pesquisas de campo. Os relatos são citados entre parênteses, combinando a inicial do primeiro nome, uma inicial para designar o gênero (H para homens e M para mulheres), a idade na data da coleta da informação e a comunidade.

Figura 2 – número de entrevistados de acordo com o gênero nas 4 comunidades

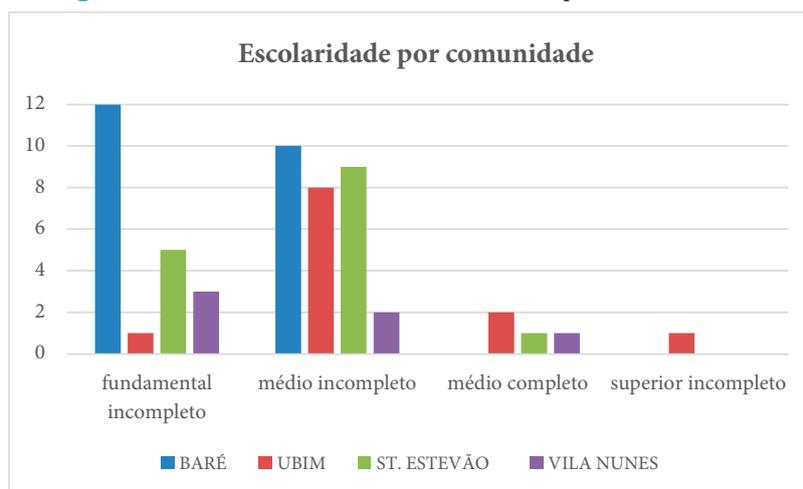
Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 3 – faixa etária dos entrevistados por comunidades

Fonte: Elaboração dos autores.

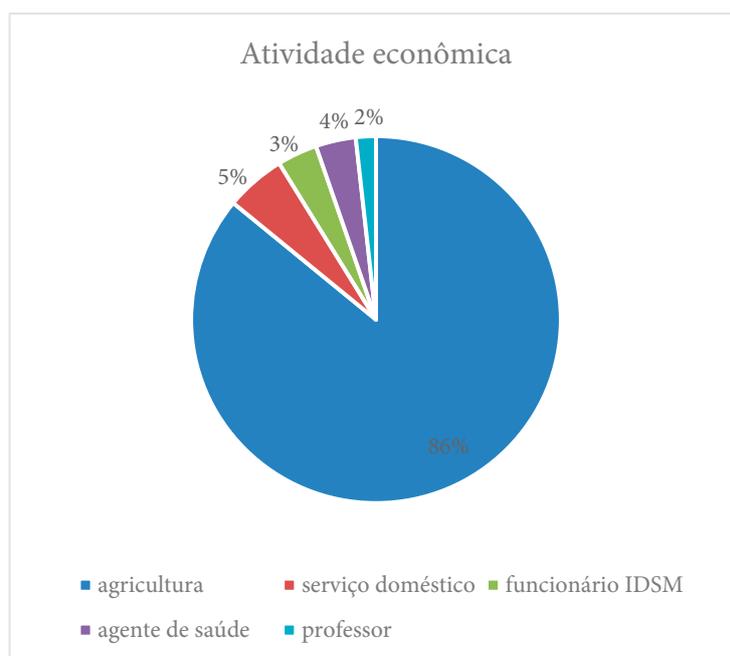
Exceto na Vila Nunes, todos os moradores adultos foram entrevistados nas demais comunidades, totalizando 55 moradores adultos entrevistados nas quatro comunidades da RDSA, sendo 22 do Bom Jesus do Baré, 15 do Santo Estevão, 12 do Ubim e seis da Vila Nunes, dos quais 60% homens e 40% mulheres (Figura 2). Grande parte dos entrevistados eram jovens (Figura 3): 45% tinham até 30 anos, 14% entre 31 e 40, 27% entre 41 e 50, 5% entre 51 e 60 e 7% com mais de 61 anos. Enquanto o Baré e o Santo Estevão apresentaram maior número de jovens com idade até 30 anos, o Ubim apresentou maior quantidade de entrevistados entre 31 e 40 anos, e a Vila Nunes teve maior número de entrevistadas com idade entre 41 e 50 anos. Aspectos como a faixa etária podem revelar uma menor experiência com o turismo ou um maior contingente de pessoas para se envolver com a atividade ao longo do tempo.

Figura 4 – escolaridade dos entrevistados por comunidades



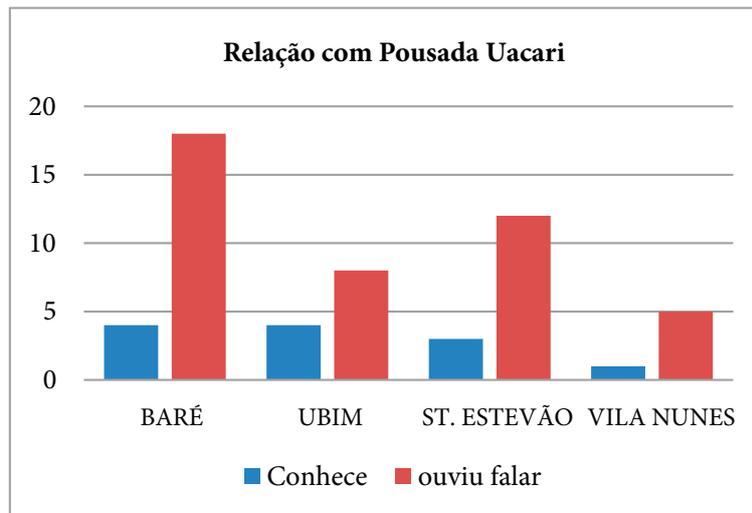
Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 5 – atividade econômica dos entrevistados nas 4 comunidades

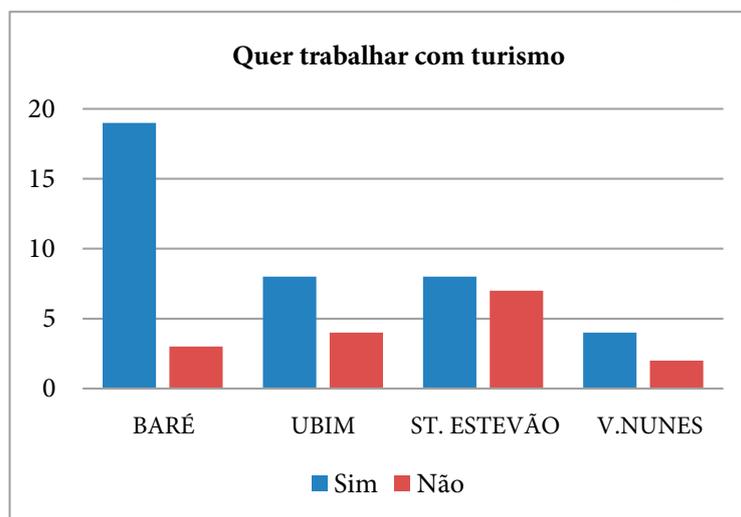


Fonte: Elaboração dos autores.

A escolaridade é de modo geral baixa (Figura 4), sendo que muitos jovens tinham escolaridade mais elevada que os mais velhos, e vários ainda seguiam estudando. O Ubim apresentou maior escolaridade, com 91% dos entrevistados com pelo menos a 8ª série completa, e o Baré a escolaridade mais baixa, em que 63% dos entrevistados não chegaram a cursar a 8ª série. De modo geral, 53% dos moradores têm o ensino médio incompleto, enquanto 38% possuem fundamental incompleto. Quanto a atividade econômica, 86% dos moradores são agricultores (Figura 5), sendo a farinha amarela e a banana os principais produtos comercializados. Estes números refletem a realidade das comunidades de terra firme, com maior vocação agrícola.

Figura 6 – Relação dos entrevistados com a Pousada Uacari por comunidades

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 7 – Interesse dos entrevistados em trabalhar com turismo, por comunidades.

Fonte: Elaboração dos autores.

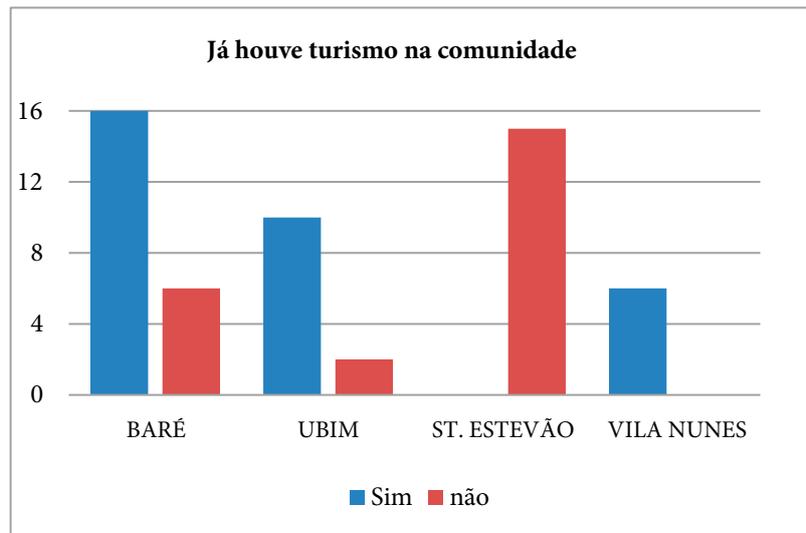
Para levantar as opiniões sobre a atividade turística, foi perguntado se conheciam ou já haviam ouvido falar da Pousada Uacari, na RDS Mamirauá (Figura 6): apenas 21,8% disseram já ter conhecido a pousada, enquanto o restante apenas ouviu falar. Como era, à época, a única iniciativa de turismo comunitário da região, isso mostra que os moradores não possuíam uma base referencial comparativa a respeito do turismo. Interessante observar que a maior parte dos que conheciam a Pousada Uacari, a visitaram apenas uma vez, em atividade de intercâmbio promovida pelo IDSM, em 2009. Mesmo sendo do outro lado do Amanã, uma moradora da Vila Nunes havia conhecido a Pousada Uacari em um outro intercâmbio promovido pela FVA, em 2010. A troca de experiências entre modelos comunitários distintos pode ser importante para a aprendizagem de todos e o fortalecimento de parcerias.

Na sequência da questão sobre o turismo da Reserva Mamirauá, também era indagada a opinião sobre aquele formato de turismo. Enquanto uns mostravam desconhecimento, ou achavam que pode ser um bom modelo de turismo, outros julgavam que o turismo no lago Amanã deveria ser diferente: “a gente não sabe se é bom ou se é ruim, a gente só sabe que tem lá, falam que o turismo é legal” (F.H., 36, Santo Estevão); “pelo que já me falaram acho que é um bom turismo, é uma boa para nós” (L.H., 49, Vila Nunes); “acho que só é bom para os turistas” (M.M., 52, Santo Estevão); “eu acho massa, só que eu não curto a forma que é o turismo lá, tinha que ser de outra forma” (D.H., 22, Ubim); “o turismo de Mamirauá é muito diferente do que a gente quer pro Amanã. A gente quer de uma maneira que seja um turismo mais voltado para as comunidades” (P.H., 42, Santo Estevão).

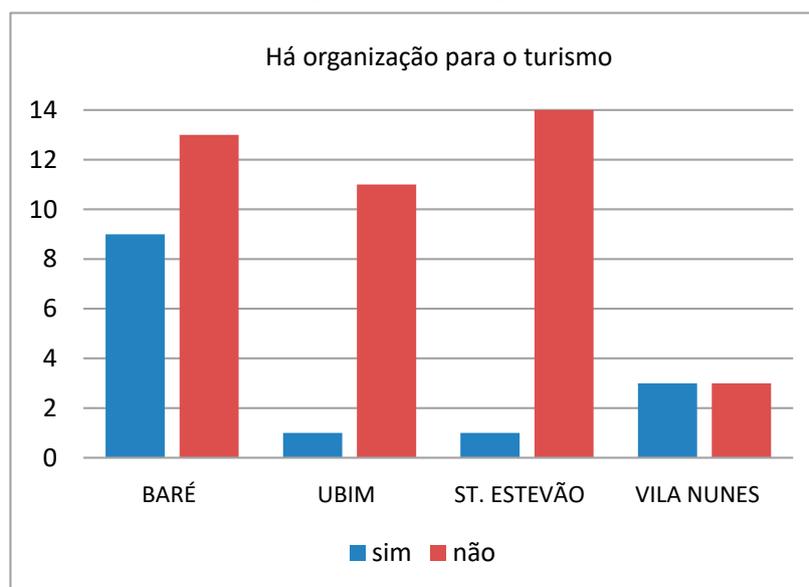
Quando perguntados se gostariam de trabalhar com turismo (Figura 7), 70% disseram que sim. Este valor é mais elevado no Baré, onde 86% manifestaram interesse, enquanto no Santo Estevão 46% disseram não se interessar. Uma razão para esta diferença é que as atividades de pesquisa e extensão do IDSM se concentraram nas cabeceiras do lago Amanã, onde foi identificado maior potencial turístico (Ozorio, 2009) e estão localizadas as comunidades Ubim e Baré. Em todas as comunidades as pessoas que alegaram não querer trabalhar com turismo, justificaram que já tem trabalho demais com a roça, ou cuidando da família e do sustento doméstico. Mesmo estas pessoas disseram querer que o turismo aconteça e que possa representar um trabalho para os mais jovens, inclusive seus filhos.

Juntamente com esta questão sobre o interesse em trabalhar com turismo, eram perguntados como poderia ser a participação na atividade. Muitos disseram que ajudariam da forma que pudessem e alguns especificavam que poderiam apoiar com a venda de algum produto agroextrativista para consumo. Aconteceu uma divisão de gênero, pois enquanto a maior parte dos homens afirmaram que poderiam ser guias ou pilotos de embarcações, as mulheres disseram que seriam cozinheiras, apesar de que algumas também gostariam de ser guias ou de ficar no gerenciamento.

Seguem relatos sobre o interesse em trabalhar com turismo: “se me der uma oportunidade eu quero trabalhar com turismo” (N.H., 18, Baré); “já tenho os meus trabalhos de agricultura, não vou deixar os meus trabalhos pra trabalhar com turismo” (F.H., 36, Santo Estevão); “se aparecer alguma vez o turismo eu não aguento trabalhar muito porque já tô cansado. Minha participação é ajudando como puder, aquele tempo ajudei com o peixe” (R.H., 66, Baré); “se for convidado pra algum trabalho, a gente tá pronto pra ajudar naquilo que for preciso” (M.H., 50, Santo Estevão).

Figura 8 – Histórico da atividade turística, por comunidades.

Fonte: Elaboração dos autores.

Figura 9 – Percepção sobre a organização local para o turismo, por comunidades.

Fonte: Elaboração dos autores.

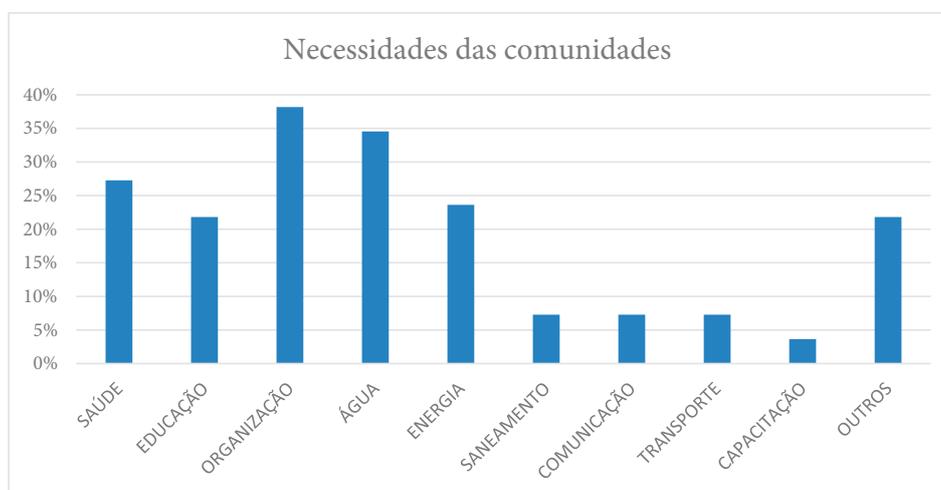
A pergunta que apresentou mais particularidades foi quanto ao histórico de turismo na comunidade (Figura 8). De modo geral, 58% dos moradores disseram já ter acontecido turismo em sua comunidade, mas é preciso analisar caso a caso. No rio Unini, onde já aconteceu a pesca esportiva e a comunidade mais envolvida era a Vila Nunes, todos os entrevistados disseram que já houve turismo em áreas próximas à comunidade. Já no Santo Estevão, todos disseram que nunca houve turismo e, de fato, nenhuma das viagens experimentais (Coelho e Gontijo, 2021b) envolveu a participação da comunidade. No Ubim e no Baré, onde aconteceram as primeiras viagens experimentais entre 2010 e 2012, 83% e 72% dos entrevistados, respectivamente, disseram já ter ocorrido turismo em suas comunidades.

A seguir, alguns relatos sobre o turismo nas comunidades: “já aconteceu e está acontecendo ainda, e a gente vai levar isso pra frente, foi muito bom, uma experiência muito massa” (D.H., 22, Ubim); “na minha comunidade não, mas na comunidade do meu pai [Ubim] eu já ouvi falar. Se for como eles explicavam mesmo, com certeza é muito bom ter o turismo aqui no Amanã” (N.M., 49, Santo Estevão); “já teve na região, foi a pesca esportiva, eles pegavam as pessoas da comunidade para trabalhar” (M.M., 48, Vila Nunes); “foi mais ou menos, até deu um pouco de lucro pra comunidade” (G.H., 46, Baré).

Foi também perguntado se acreditavam que já havia alguma organização comunitária para desenvolver o turismo (Figura 9), quando apenas 25% disseram já existir, mas se trata de uma questão que também apresenta peculiaridades em cada caso. Na Vila Nunes, onde o ICMBio e a FVA realizavam ações de diagnóstico e planejamento, metade dos entrevistados disse já existir organização para o turismo. Na época havia sido criado um Grupo de Turismo do rio Unini, e uma moradora da Vila Nunes fazia parte deste grupo. No Baré, 40% dos entrevistados diziam já existir alguma organização comunitária para o turismo, mas faziam mais referência aos trabalhos relacionados à pesquisa. No Ubim e no Santo Estevão apenas um morador de cada disse que já existe alguma organização comunitária, o que mostra que os comunitários ainda buscavam se mobilizar para decidirem os rumos da atividade. O Grupo de Turismo do Amanã foi criado em 2014 para preencher esta lacuna.

Seguem relatos sobre organização comunitária que demonstram algumas opiniões dos moradores: “acho que já tem uma organização, mas ajeitado não está” (V.H., 24, Baré); “eu acho que existe sim, principalmente na área mais de cima, o pessoal lá já tá bem mais prático para trabalhar com o turismo do que aqui em baixo” (P.H., 42, Santo Estevão); “a conversa que a gente sabe é que eles vão entrar mesmo os comunitários querendo ou não querendo, diz que eles vão entrar, não tem como a gente impedir, porque se tivesse como a gente impedir talvez a gente nem aceitasse” (M.M., 52, Santo Estevão); “sempre a gente tem que ir devagar, conversando com as pessoas nas comunidades e vendo como é que pode ser melhor, pra poder funcionar” (C.H., 36, Ubim).

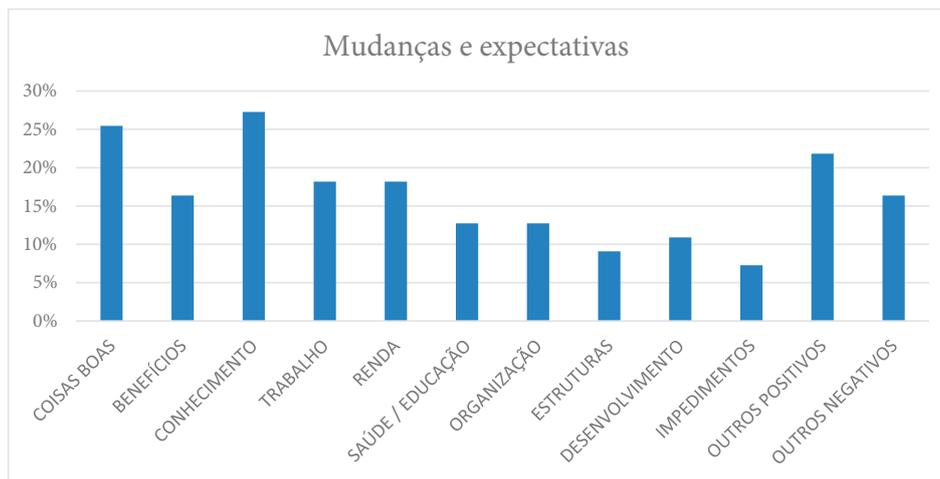
Figura 10 – Percentual dos principais problemas apontados pelos entrevistados das 4 comunidades



Fonte: Elaboração dos autores.

Também eram perguntados sobre os problemas e/ou necessidades das comunidades (Figura 10). Em média, foram elencadas dez questões essenciais em cada comunidade. A pergunta era aberta, sem limites de opções de resposta. Necessidades de melhorias na saúde e na educação foram os temas que se repetiram nas quatro comunidades e, juntos, foram mencionados por 49% dos moradores. Questões relacionadas à organização, participação e união das comunidades foram as respostas mais recorrentes, com 38%. Abastecimento regular de água potável e energia, representaram 34% e 23% das respostas, respectivamente, demonstrando a clara deficiência estrutural que é recorrente no interior da Amazônia. Outras questões estruturais como saneamento, comunicação e transporte, com 7% cada, também evidenciam os desafios logísticos enfrentados pelas comunidades, que podem ser obstáculos para a implementação do turismo. Na categoria 'outros', os moradores responderam 'muita coisa', ou colocaram questões específicas como um centro comunitário, casas de apoio e as dificuldades do dia a dia.

Figura 11 – Percentual de possíveis mudanças apontadas pelos entrevistados das 4 comunidades



Fonte: Elaboração dos autores.

Quando perguntados sobre aspectos positivos e/ou negativos associados às possíveis mudanças, ou o que esperavam que o turismo pudesse trazer (Figura 11), muitos diziam que a atividade iria trazer somente coisas boas (ou melhorias) e benefícios, sem especificar quais seriam. Foram elencados 107 pontos pelos moradores, 90% dos quais revelavam expectativas positivas. No caso da Vila Nunes, mais da metade das respostas indicavam receio com possíveis impactos negativos, mostrando que o histórico conturbado da atividade na área desperta preocupações.

Os pontos positivos mais indicados pelos moradores foram conhecimento, trabalho e renda, com 27%, 18% e 16%, respectivamente, sendo esses três temas mencionados em todas as comunidades. Em seguida, os moradores apontavam melhorias em saúde e educação e apoio à organização, com 13% cada e estruturação das comunidades, com 9%. Outras questões positivas elencadas foram o fortalecimento de parcerias e da união entre as comunidades, o apoio à preservação e à venda de produtos agroextrativistas e o aumento da conscientização ambiental. O

aspecto negativo que mais se repetiu – apontado por 7% dos moradores – foi a preocupação com os impedimentos ou limitações que o turismo pode trazer, alterando a relação de uso dos recursos, ou impossibilitando as pessoas de pescar ou caçar em determinadas áreas, que passariam a ser exclusivas para uso turístico. Outros aspectos negativos mencionados foram as mudanças culturais, o lixo, o alcoolismo, a prostituição, a segurança e o risco de chegada de doenças.

Alguns relatos sobre as possíveis mudanças e expectativas a respeito da atividade: “não vejo nada que possa ser ruim do turismo” (M.H., 50, Santo Estevão); “vai melhorar a estrutura, pode trazer mudança na área da saúde, na área da educação” (C.H., 42, Vila Nunes); “de ruim é impacto ambiental, porque às vezes eles vêm e deixam lixo na comunidade e no rio” (A.H., 47, Vila Nunes). “em alguns lugares que os turistas forem, a gente não vai poder fazer coisas que a gente costuma fazer” (F.H., 40, Baré).

MAIS RELATOS E REFLEXÕES

A partir dos relatos sobre a relação com a Pousada Uacari, é possível inferir que os moradores não têm uma base comparativa sólida a respeito do que é o turismo e o que ele pode trazer. Enquanto uns dizem não saber se é bom ou ruim, muitos outros acham que pode ser uma boa para a RDS Amanã, ao passo que uns julgam ser bom apenas para os turistas. Vale destacar os relatos que consideram que o turismo deveria ser desenvolvido de outra forma, pois o modelo almejado para o Amanã é diferente daquele de Mamirauá. Como afirmam Wearing e Wearing (2006), quando as visões das comunidades de destino são consideradas, há mais chances de sucesso para programas alternativos de turismo, contrários aos modos hegemônicos de interação.

No Brasil, os visitantes cada vez mais se interessam por conhecer a cultura e os hábitos da população, a natureza e a história dos locais visitados, despontando como um novo segmento de mercado que idealiza a ética, a identidade e as vivências (Grimm e Sampaio, 2011). As viagens ao Amanã apontam para importantes valores nas experiências e nas interações entre visitantes e anfitriões (Coelho e Gontijo, 2021b). Quando o turismo é de fato construído pela comunidade, pode fomentar as relações entre modos de vida distintos, resgatando o interesse pelo outro, pela alteridade e pelo autêntico (Grimm e Sampaio, 2011). Este parece ser um caminho almejado pelos moradores da RDS Amanã.

Quanto aos relatos sobre o interesse de trabalhar com turismo, é importante destacar que os jovens desejam ter oportunidades, enquanto alguns mais velhos dizem já não terem condição de trabalhar, ou dizem já ter muito trabalho na agricultura, ao passo que outros se colocam disponíveis para o que for preciso. Ao mesmo tempo, quanto ao turismo nas comunidades, garantem que vão levar os processos adiante, o que tem se comprovado pelas contínuas ações de planejamento (Coelho e Gontijo, 2021a) e parceria para realização das viagens com turistas (Coelho e Gontijo, 2021b; 2022). “Faz tempo que a gente vem nessa batalha, nós esperamos que no futuro aconteça e seja muito importante para todos nós” (R.H., 42, Joazinho). Como afirmam Minari e Rabinovici (2014) o foco no processo e não somente no resultado, garante mobilização, aprendizado e engajamento verdadeiros.

Enquanto uns julgavam já existir alguma organização na área das cabeceiras do lago, muitos moradores dessas próprias comunidades diziam que ainda não estavam preparados ou que era preciso ir devagar. Interessante perceber a preocupação de uma moradora, de que não teria como impedir a atividade de chegar. Blackstock (2005) apresenta críticas ao TBC, argumentando que as comunidades são cooptadas para apoiar o turismo, mas não têm o poder de rejeitá-lo como uma opção de desenvolvimento. Outra moradora diz que “a gente vê falar de vários tipos de turismo, então eu ainda não tenho a ideia de qual vai ser colocado aqui dentro, se caso um dia acontecer. A gente mesmo ainda não está sabendo qual o tipo de turismo que vem pra cá” (N.M., 49, Santo Estevão).

Apesar das frequentes incertezas, mesmo com a tentativa de construção participativa e o respeito ao tempo das comunidades, as expectativas positivas superaram os receios. O acesso a conhecimento e a troca de experiências apareceram como importantes elementos da convivência com os turistas: “coisas que a gente não sabe nós vamos aprender com eles” (N.H., 18, Baré); “nós vamos mostrar o meio em que a gente vive pra eles, e eles vão aprender com a gente e a gente também vai aprender muitas coisas que eles vão trazer” (N.M., 26, Santo Estevão); “a gente não vai só ensinar a gente vai aprender também” (G.H., 46, Baré). Esta questão também é percebida na RDS Mamirauá, onde a chance de conhecer e interagir com pessoas de outros lugares é muito valorizada pelas comunidades (Peralta, 2005).

Outras expectativas estão diretamente relacionadas às necessidades das comunidades, geralmente ligadas às deficiências estruturais de responsabilidade do Estado, como saúde, saneamento, abastecimento de água e energia e educação. Sampaio (2007) explica que o TBC deve ser entendido como um subsistema interconectado a outros subsistemas, daí a importância de se identificar as demandas para pensar como o turismo pode ser uma ferramenta de desenvolvimento local. “O turismo pode fazer a melhoria da qualidade de vida, vai ajudar a estruturar toda comunidade” (C.H., 42, Vila Nunes); “deve aparecer um turismo que traga soluções para a comunidade” (R.H., 66, Baré). Minari e Rabinovici (2014, p. 62) afirmam que, “antes de qualquer ação de engajamento para a participação, haveria que se dialogar com os participantes comunitários sobre suas reais necessidades e demandas que poderiam se tornar projetos para ajudá-los a viver melhor”.

Uma questão que foi muito mencionada em todas as comunidades, foi a necessidade de maior organização e união dos moradores. “A comunidade deve se organizar mais” (F.H., 36, Santo Estevão), “se o turismo vier pra dentro da comunidade a gente vai ter que se organizar pra que a gente possa receber eles” (H.H., 42, Ubim), “os turistas vindo aqui o pessoal vai ver que tem que se unir. Porque sem união não vai muito longe” (E.M., 18, Baré); “se quiser que o turismo aconteça todo mundo tem que participar” (E.H., 28, Baré), “a gente participando é que vai aprendendo” (L.M., 27, Boa Esperança).

Outro ponto abordado sobre diversos enfoques foi a agricultura, que faz parte da cultura ribeirinha amazônica, principalmente nas áreas de terra firme. Sobre sua forma de interagir com o meio e, literalmente, grafar sua intervenção no espaço, um morador diz que “o terçado é minha lapiseira” (R.H., 42, Ubim), enquanto uma criança explica sobre seus modos de vida dizendo que “aqui a gente pesca peixe e faz farinha” (C.H., 8, rio Unini).

A atividade agrícola aparece na relação com o turismo como uma questão importante, tanto no fornecimento de produtos, quanto na alternativa ao trabalho

na roça. Ao mesmo tempo que existe a preocupação com as mudanças na atividade, há também o desejo por trabalhos menos penosos. “A gente espera que através desse turismo vá surgir alguma renda *pras* famílias, porque vai facilitar de vender alguma produção da gente no Amanã mesmo, sem ser preciso levar pra cidade” (M.H., 50, Santo Estevão), “se acontecer mesmo o turismo, tem como a gente levar as frutas da gente pra vender lá pra eles” (E.M., 32, Ubim).

O TBC proporciona a ampliação das práticas cotidianas e representa uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais (Sansolo e Bursztyn, 2009), por isso, alguns moradores julgam que “pode trazer algum trabalho que pode tirar as pessoas de um trabalho mais pesado” (C.H., 36, Ubim), “espero algo melhor para as pessoas da região, as pessoas vão parar de trabalhar mais no pesado” (L.H., 49, Vila Nunes). Por outro lado, esperam “que o turismo seja só mais um complemento, que as pessoas nunca deixem as suas atividades na agricultura, pra se dedicar só ao turismo. Eu tenho uma preocupação das pessoas se empolgarem demais com o turismo e esquecerem das suas origens” (M.M., 48, Vila Nunes).

Ao estudar os efeitos do ecoturismo em duas comunidades da RDS Mamirauá, Peralta (2008) observou uma diminuição da produção de farinha para o consumo doméstico, mas por outro lado houve a diversificação do plantio de espécies agrícolas para fornecimento de produtos à Pousada Uacari. Pensando o TBC como uma atividade complementar, a organização de forma colaborativa permite a manutenção das atividades tradicionais, dinamizando a economia local (Leão, 2016).

Ainda na questão das atividades tradicionais, um ponto que permite importantes reflexões é quanto aos receios associados a possíveis restrições de uso dos recursos. “Será que quando o turismo chegar aqui ele não vai trazer algum problema pra dentro da área? Porque muitas vezes as pessoas falam que onde existe turismo, ninguém pode nem cortar uma vara” (N.M., 49, Santo Estevão), “as áreas que a gente caça e pesca, não vai poder mexer” (E.H., 28, Baré). Temem, portanto, “uma forma de turismo que possa impedir as comunidades de trabalhar. Porque diz que onde tem o turismo, não se pode tirar um animal pra alimento, não se pode fazer um roçado” (W.H., 46, Ubim).

O ecoturismo está associado às políticas ambientais relacionadas à criação de áreas protegidas, que têm privilegiado os locais de interesse para a indústria de ecoturismo e restringido outras formas de uso daqueles recursos naturais, privando cada vez mais o acesso das populações locais (Kent, 2003). No caso dos moradores da RDS Amanã, inseridos na categoria de ‘populações tradicionais’, já se comprometem – através de acordos de manejo – a desenvolver práticas conservacionistas em troca de direitos territoriais (Carneiro da Cunha, 2009).

Esta questão pode ser percebida em relatos que exaltam a preocupação com a conservação do ambiente, também para o desenvolvimento do turismo: “pode mudar o hábito da galera da comunidade, ser mais cuidadosa, cuidar bem da casa” (D.H., 23, Ubim), “se preservar mais, mais turista vem pra conhecer as coisas que tem aqui. Agora, se acabar, como que vem?” (E.M., 18, Baré). “Eu espero que conscientize mais a gente, pra ter regra pra que não ofenda tanto a floresta, os animais. Se a gente não tiver certo cuidado, aquilo que o turista mais gosta, não vai ter, aí ele não vai gostar, porque ele vem pra ver alguma coisa e chega aí e não vê nada, aí com certeza ele não vai gostar. Então é preciso que a gente tenha um cuidadinho que é pra ter pra gente e pro turista também” (R.H., 38, Ubim).

A partir da interação com pessoas vindas de outros lugares, as comunidades passam a olhar de uma outra forma para si mesmas: “muitas coisas que tem aqui na nossa comunidade que a gente não dá muito valor e, quando a gente vê que tem valor aí que nós vamos se alertar que a gente tem que cuidar da natureza, de tudo que tem no nosso meio” (M.M., 41, Baré). A moradora complementa que “é um prazer levar eles pra mata, o igapó, nossos caminhos. E também é uma surpresa a gente saber que onde eles moram não existe o que a gente tem aqui, aí que a gente vai ver que moramos na riqueza e na fartura” (M.M., 41, Baré).

Por fim, os moradores também demonstram receio de que o turismo possa trazer impactos negativos, apesar de alguns julgarem que “ruim já tá, pior do que isso não fica” (E.H., 44, Santo Estevão), pois “a mudança que ele pode trazer é a melhoria de vida de cada comunitário” (A.H., 47, Vila Nunes). Alguns moradores percebem os riscos e alegam que “o turismo passa a interferir na comunidade, a interferir na vida cultural” (C.H., 42, Vila Nunes), pois, com a visita, “não sei se o pessoal vai se sentir à vontade na comunidade” (D.H., 23, Ubim). “De ruim na comunidade tem que ter cuidado com bebida, com prostituição de menores” (M.M., 48, Vila Nunes), porque “eu não sei o que o estrangeiro já fez lá fora, e vai que eu estou abrigoando um cara na minha comunidade que é um pedófilo” (C.H., 42, Vila Nunes). Assim como identificado por Carvalho (2010), as localidades que ainda aguardam o desenvolvimento do turismo, esperam em sua maioria por emprego e renda (e conhecimento, no caso das comunidades do lago Amanã), enquanto em localidades onde o turismo já se desenvolve, é maior a percepção sobre os impactos negativos da atividade.

Uma experiente moradora percebeu, há muitos anos, uma questão muito atual: “de ruim eu imagino no caso de doença que vem gente desconhecido, não sei se eles se examinam pra vir pra cá” (R.M., 69, Ubim). Entrevistas com lideranças comunitárias da região puderam captar alguns dos desafios e preocupações enfrentadas durante a pandemia de COVID-19 (Coelho, 2021). Este grave elemento externo paralisou integralmente por dois anos as ações relativas ao turismo na região do lago Amanã e é uma evidência dos desafios enfrentados por comunidades que desejam desenvolver um modelo autônomo de turismo.

Para que a sustentabilidade turística seja traduzida em aplicações práticas que possam gerar benefícios socioeconômicos e ambientais, minimizando os efeitos negativos do turismo, é preciso que os mecanismos de planejamento permitam que as comunidades definam e regulem o uso dos seus territórios (Burgos e Mertens, 2015). “Pra mim todas as coisas que estão chegando agora são mudanças, porque isso não era do meu conhecimento, então são coisas novas que chegam pra gente, então tudo são mudanças” (O.H., 72, Ubim). “Espero que traga só coisas boas para o lago Amanã” (V.M., 48, Baré), “que ele traga benefícios pra todos os povos que residem no rio Unini” (A.H., 47, Vila Nunes), “espero que traga reconhecimento para o nosso lago” (B.H., 19, Baré), porque “qualquer ajuda pro morador da reserva já é alguma coisa” (R.H., 38, Ubim).

Como última reflexão, aponto uma situação ocorrida em uma das viagens que o Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC) do IDSM intermediou os contatos e a organização. Ao final da viagem ocorrida em 2019, em que um grupo de observadores de aves estrangeiros visitou o lago Amanã, o guia da agência que levava os turistas informou que já havia acertado o pagamento dos guias comunitários e da taxa de visita com a equipe do IDSM, quando então uma liderança

comunitária comentou que “já imaginava que o [Instituto] Mamirauá ia querer ‘tomar conta’ do turismo aqui no Amanã” (O.H., 80, Ubim).

Os gestores do PTBC afirmam que, com o processo de transferência de gestão da Pousada Uacari para as comunidades da RDS Mamirauá, os técnicos do IDSM “poderão olhar mais diretamente” para o turismo na RDS Amanã e, assim, poderão “avaliar o quanto as comunidades estarão dispostas a recomeçar mais uma vez” (Nassar e Vieira, 2019, p. 324). É fundamental que o IDSM reconheça sua atuação como um importante parceiro, mas não como protagonista, ou responsável por conduzir os processos e tomar as decisões. E que todos os envolvidos percebam que o processo – que é lento, complexo e penoso – é também contínuo, pois as comunidades sempre mantiveram o interesse em implementar a atividade, mesmo com todas as adversidades que se impõem e, por vezes, parecem representar obstáculos quase intransponíveis. E finalizo com a incisiva declaração de uma importante liderança do lago: “nós queremos o turismo com base comunitária, não o turismo com base no turista” (J.M., 47, Ubim).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processos de organização do turismo comunitário devem ser conduzidos desde o começo pelas comunidades, com o foco no bem-estar e respeitando o tempo dos moradores. Na RDS Amanã, tanto na região do lago, quanto do rio Unini, as comunidades seguem dando andamento ao planejamento, mesmo que lentamente (também como reflexo da pandemia). Desde as primeiras etapas da pesquisa, as comunidades Baré e Ubim estão mais envolvidas e organizadas e podem ter papel de articular a implementação do turismo na Reserva.

As opiniões são múltiplas, divergentes e por vezes se alteram com o passar do tempo, comprovando a riqueza de abordagens possíveis. De modo geral, as expectativas são positivas e a experiência paulatina que as comunidades puderam ter, ajuda a vislumbrar melhor o que poderá ser construído por eles. A organização, união e busca por parcerias são pontos importantes a serem fortalecidos.

O turismo está intimamente ligado a todos os aspectos da vida comunitária, portanto é preciso ter uma visão holística de tudo que envolve as dinâmicas locais. O TBC irá fomentar a interação entre anfitriões e visitantes de tal forma que não basta solucionar os problemas locais apenas para atender aos turistas, mas antes buscar compreender o que são de fato deficiências e como estas podem ser aprimoradas e o que são características culturais que podem ser aproveitadas e apreendidas pelos visitantes.

A investigação, apesar de extensa em sua abordagem, não abrange a totalidade das opiniões dos moradores de comunidades da RDS Amanã, nem pretende considerar que existam opiniões certas ou erradas. Futuras investigações na região – inclusive conduzidas pelos próprios moradores – serão valiosas para a continuidade do processo de planejamento e avaliação do turismo comunitário e poderão tratar também sobre outros temas que afetam o cotidiano dos moradores e possuem um vínculo direto com o desenvolvimento do turismo, como, por exemplo, comunicação, saneamento e educação.

Esta pesquisa tentou mostrar, através de dados quali-quantitativos e relatos, as opiniões de uma parcela importante dos moradores das comunidades mais

envolvidas com turismo na Reserva Amanã. Quaisquer que sejam os próximos passos dados pelos moradores, é importante que estejam cada vez mais empoderados dos processos e que possam, eles próprios, seguir construindo também o conhecimento acerca do turismo de base comunitária em áreas protegidas.

REFERÊNCIAS

- Abukhalifeh, A.; Wondirad, A. (2019) Contributions of community-based tourism to the socioeconomic well-being of local communities: the case of Pulau Redang Island, Malaysia. *International Journal of Tourism Sciences*, p.1-18. DOI: 10.1080/15980634.2019.1621521
- Adams, C.; Murrieta, R.; Sanches, R. (2005) Agricultura e Alimentação em Populações Ribeirinhas das Várzeas do Amazonas: Novas Perspectivas. *Ambiente & Sociedade*, v.8, n.1, p.1-22. DOI: 10.1590/S1414-753X2005000100005
- Alencar, E. (2009) O tempo dos patrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. *Amazônica*, Belém, v.1, n.1, p.178-199. DOI: 10.18542/amazonica.v1i1.148
- Almeida, F.; Castro, J. (2017) Planejamento do turismo de base comunitária: perspectivas críticas. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.66-81. DOI: 10.18472/cvt.17n3.2017.1161
- Araújo, G.; Gelbcke, D. (2008) Turismo Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. *Revista Turismo Visão e Ação*, v. 10, n. 3, p. 357-378. <https://www.redalyc.org/pdf/2610/261056099004.pdf>
- Benatti, J.; Mcgrath, D.; Oliveira, A. (2003) Políticas Públicas e Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v.6, n.2, p.137-154. DOI: 10.1590/S1414-753X2003000300009
- Betti, P.; Denardin, V. (2019) Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em Unidades de Conservação: estudo de caso no Restaurante Ilha das Peças, Guaraqueçaba. *Caderno Virtual de Turismo*, v.19, n.1, p.1-15. DOI: 10.18472/cvt.19n1.2019.1534
- Blackstock, K. (2005) A critical look at community-based tourism. *Community Development Journal*, Oxford, v.40, n.1, p.39-49. DOI: 10.1093/cdj/bsi005
- Brasil. (2000) *Lei 9.985*, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. DOU, Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- Burgos, A.; Mertens, F. (2015) Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. *Pasos*, v. 13, n. 1, p. 57-70. DOI: 10.25145/j.pasos.2015.13.004
- Carneiro da Cunha, M. (2009) *Cultura com aspás* e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify.
- Carvalho, S. (2010) A Percepção do Turismo por Parte da Comunidade Local e dos Turistas no Município de Cajueiro da Praia – PI. *Turismo em Análise*, v. 21, n. 3, p. 470-493. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v21i3p470-493
- Castro, F.; Mcgrath, D. (2001) O manejo comunitário de lagos na Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 12, p. 112-126. DOI: 10.5801/ncn.v1i2.4
- Coelho, E. Viabilidade do Turismo de Base Comunitária na RDS Amanã. Relatório técnico final de bolsa/CNPq. Programa de Turismo de Base Comunitária. IDSM: Tefé, 2012.

- Coelho, E. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.1, p.313-326, 2013. DOI: 10.34024/rbecotur.2013.v6.6181
- Coelho, E. O turismo de base comunitária em tempos de pandemia: experiências de comunidades do Brasil e da África. *Dos Algarves*, v. 40, p. 48-62, 2021. DOI: 10.18089/DAMEJ.2021.40.3
- Coelho, E. O Turismo é colonizador. Bases comunitárias para um turismo libertador – experiências decoloniais na Amazônia Brasileira e na Savana Africana. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências / Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2022.
- Coelho, E.; Gontijo, B. O processo de organização para o turismo nas comunidades ribeirinhas da Reserva Amanã, AM. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 14, n. 3, p. 20-41, 2021a. DOI: 10.5380/ts.v14i3.79715
- Coelho, E.; Gontijo, B. Viagens ao Amanã: experiências, relatos e propostas para o turismo de base comunitária na Amazônia. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v 14, n.4, p. 472-496, 2021b. DOI: 10.34024/rbecotur.2021.v14.11044
- Coelho, E.; Gontijo, B. Macaco, peixe, pássaro e turistas: atores locais e contextos globais associados à conservação da Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. 1-21, 2022.
- Coelho, E.; Neto, A.; Araújo, W.; Cobra, L. A opinião dos moradores do Lago Amanã sobre o turismo de base comunitária. Livro de Resumos – Seminário Anual de Pesquisa, n. 9, Tefé: IDSM/CNPq, 2012.
- Cronon, W. (1995) *Uncommon Ground: toward reinventing nature*, New York: W. W. Norton & Co.
- Dias, L.; Cruz, J. (2020) Territórios (Re)significados de comunidades indígenas em Unidades de Conservação do Baixo Rio Negro e a adoção do turismo como alternativa de renda, *Turismo em Análise*. v.31, n.2, p.227-243. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v31i2p227-243
- Grimm, J.; Sampaio, C. (2011) Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 19, p.57-68. https://www.rbciamb.com.br/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/362/311
- Hall, A. (1997) Peopling the Environment: A New Agenda for Research, Policy and Action in Brazilian Amazonia. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*. n.62, p.9-31. <https://www.jstor.org/stable/25675729>
- IDSM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável. Banco de Imagens / Mapas. SIG, Tefé, s.d.
- Irving, M. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121.
- Kent, M. (2003) Ecotourism, environmental preservation and conflicts over natural resources. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.9, n.20, p.185-203. DOI: 10.1590/S0104-71832003000200010
- King, B. (2009) Conservation Geographies in Sub-Saharan Africa: The Politics of National Parks, Community Conservation and Peace Parks. *Geography Compass*, v.3, p.1-14. DOI: 10.1111/j.1749-8198.2009.00288.x
- Kothari, A.; Camill, P.; Brown, J. (2013) Conservation as if People Also Mattered: Policy and Practice of Community-based Conservation. *Conservation and Society*, v.11, n.1, p.1-15. DOI: 10.4103/0972-4923.110937
- Leão, C. (2016) Turismo de Base Comunitária: outras economias na mira da emancipação social. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.27, n.3, p.644-667. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v27i3p644-667

- Maldonado, C (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p.25-44.
- Minari, M.; Rabinovici, A. (2014) Diálogo, participação e projetos de turismo com comunidades em Unidades de Conservação na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.7, n.1, p.44-66. DOI: 10.34024/rbecotur.2014.v7.6351
- Nassar, P.; Vieira, F. (2019) Potencialidades do Turismo de Base Comunitária. In. Nascimento et al. Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (1998-2018): 20 anos de pesquisas. Tefé, AM: IDSM, p. 308-327.
- Ozorio, R. (2009) Inventário da oferta turística potencial da RDS Amanã. Relatório técnico final das atividades de bolsa/CNPq. Programa de Turismo de Base Comunitária. Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Tefé.
- Peralta, N. (2005) *Dissertação*. Os Ecoturistas estão chegando: aspectos da mudança social na RDS Mamirauá. UFPA.
- Peralta, N. (2008) Impactos do ecoturismo sobre a agricultura familiar na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, AM. *UAKARI*, v.4, n.1, p.29-40.
- Peralta, N.; Lima, D. (2015) “Guardar é para tirar depois”. Disputas territoriais e conceituais em uma unidade de conservação: o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Amazonas – Brasil). *Rev. Hist. UEG*, Anápolis, v.4, n.2, p.114-138. <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4504>
- Peralta, N.; Vieira, F.; Ozorio, R. (2015) Gestão participativa da Pousada Uacari: um processo em construção. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.8, n.1, p.115-133. DOI: 10.34024/rbecotur.2015.v8.6434
- Peralta, N.; Vieira, F.; Ozorio, R. (2016) Histórico do programa de turismo de base comunitária e da Pousada Uacari. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (Org.). *Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá*. Tefé: IDSM, p.14-31.
- Pezzi, E.; Vianna, S. (2015) A Experiência Turística e o Turismo de Experiência: um estudo sobre as dimensões da experiência memorável. *Turismo em Análise*, v.26, n.1, p.165-187. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v26i1p165-187
- Pimbert, M. Pretty, J. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de Áreas Protegidas. In: Diegues, A. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Annablume Editora: São Paulo, 2000, p. 183-224.
- Queiroz, H. (2005) A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.54, p.183-203. <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10077>
- Reyes, F. (2011) Identidad territorial y el turismo vivencial: Caso departamento de Ancash. *Investigaciones Sociales*, Lima, v.15, n.27, p.105-119. DOI: 10.15381/is.v15i27.7664
- Ruiz-Ballesteros, E.; Hernández-Ramírez, M. (2010) Tourism that Empowers?: Commodification and Appropriation in Ecuador’s Turismo Comunitario. *Critique of Anthropology*. n.30, n.2, p.201-229. DOI: 10.1177/0308275X09345426
- Salazar, N. (2013) Imagineering Otherness: Anthropological Legacies in Contemporary Tourism. *Anthropological Quarterly*, v.86, n.3, p.669-696. DOI: 10.1353/anq.2013.0045
- Sampaio, C. (2007) Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. *Turismo em Análise*, v.18, n.2, p.148-165. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v18i2p148-165
- Sampaio, C.; Coriolano, L. (2009) Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário.

- Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v.3, n.1, p.4-24. DOI: 10.7784/rbtur.v3i1.125
- Sansolo, D.; Bursztyn, I. (2009) Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G.; Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p.142-161.
- Secretaria Estadual de Meio Ambiente [SEMA]. (2019) Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Tefé.
- Silva, E.; Trenti, F. (2018) Turismo de experiência: LArte Ceccato Vila Flores. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.178-192. DOI: 10.18472/cvt.18n3.2018.1351
- Strydom, A.; Mangope, D.; Henama, U. (2018) Lessons learned from Successful Community-Based Tourism Case Studies from the Global South. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, v.7, n.5, p.1-13. https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_18_vol_7_5_2018.pdf
- Tosun, C. (2006) Expected nature of community participation in tourism development. *Tourism Management*, v. 27, p. 493-504. DOI: 10.1016/j.tourman.2004.12.004
- Vivacqua, M.; Vieira, P. (2005) Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, n.7, p.139-162.
- Wearing, S.; Wearing, B. (2006) "Rereading the subjugating tourist" in neoliberalism: postcolonial otherness and the tourist experience. *Tourism Analysis*, v.11. USA, p.145-163. DOI: 10.3727/108354206778001512
- Whitford, M.; Ruhanen, L. (2016) Indigenous tourism research, past and present: where to from here? *Journal of Sustainable Tourism*, p. 1-20. DOI: 10.1080/09669582.2016.1189925

Recebido em: 07 fev. 2022

Aprovado em: 01 abr. 2022

CONTRIBUIÇÕES

Eduardo de Ávila Coelho: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados, elaboração de tabelas, gráficos e figuras, revisão crítica, redação e adequação do manuscrito às normas da RTA.

Bernardo Machado Gontijo: Definição do problema de pesquisa e objetivos, desenvolvimento da proposição teórica, escolha dos procedimentos metodológicos, revisão crítica do manuscrito e redação do manuscrito.

Antônio Tavares Neto: Definição do problema de pesquisa e objetivos, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados e elaboração de tabelas, gráficos e figuras.

Wenerson Paulo Araújo de Freitas: Definição do problema de pesquisa e objetivos, escolha dos procedimentos metodológicos, coleta e análise de dados e elaboração de tabelas, gráficos e figuras.